



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 08/2013**

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisa em História, Sociedade e Educação – NEPHISE da Universidade Federal do Tocantins (*Campus* de Arraias).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisa em História, Sociedade e Educação – NEPHISE da Universidade Federal do Tocantins (*Campus* de Arraias).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 26 de junho de 2013.

Prof. Márcio Silveira
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 08/2013 do Consepe.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA EM HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO
(NEPHISE-UFT)

ARRAIAS-TO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA EM HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO
(NEPHISE-UFT)
CAMPUS DE ARRAIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

JUSTIFICATIVA

O Núcleo de pesquisa é uma instituição de pesquisa multidisciplinar que desenvolve estudos em áreas atinentes a história, educação e sociedade. Está vinculado ao Centro de Documentação e Memória de Arraias. Sua criação e institucionalização têm por objetivo fortalecer os grupos e linhas de pesquisa existentes no Campus de Arraias e campi da UFT, bem como agregar projetos de ensino, pesquisa e extensão que tenham interesse em compartilhar objetivos, discussões e conhecimentos produzidos pelos grupos. Efetuar análises e discussões sobre as atividades do tripé. Produzir documentários sobre as diferentes áreas de estudos e pesquisas. Elaborar atividades didático-acadêmicas a partir dos dados e informações coletadas nas pesquisas, socializar os resultados da pesquisa em congressos, simpósios e encontros na UFT e em outras instituições e Identificar as políticas públicas específicas relacionadas às áreas de pesquisa do Núcleo.

O nome NEPHISE tem origem na agregação dos diversos temas de estudos e pesquisa nas áreas de conhecimento dos grupos cadastrados, quais sejam, a história a educação e sociedade que são fenômenos sociais que se desenvolvem em um tempo histórico e cultural das diferentes sociedades.

O Núcleo está vinculado às Pró-reitoria(s) de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo em vista que os estudos por ele desenvolvidos se relacionam de forma interdisciplinar com as atividades desse tripé. Constitui-se de professores, acadêmicos e técnicos do Campus de Arraias, com abertura para pesquisadores de outros Campus e instituições que demonstrem interesse nas discussões do Núcleo.

Um dos grupos vinculados ao Núcleo é GEPHISE (Grupo de estudos, pesquisa em História, Sociedade e Educação), criado no Campus de Arraias e certificado em 2012 pela UFT. Tem as Ciências Humanas; Educação como área predominante de conhecimentos por ar .que tem por objetivo A sistematização dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelos membros do Núcleo fez com que o grupo delimitasse as linhas de pesquisa abaixo relacionadas:

a) Cultura, Infância e Sociedade. Tem como objetivo Discutir a Infância enquanto categoria geracional constitutiva da cultura nas diferentes Sociedades;

b) Educação, Cultura, Território e Identidade. Esta linha de pesquisa tem como objetivo estudar o território e as territorialidades de povos tradicionais e dos afetados por diferentes empreendimentos e políticas públicas. Pretende ainda, estudar os diferentes territórios sob uma perspectiva ambiental, social, cultural, político e educacional, bem como a valorização das territorialidades e identidades destes povos.

c) Educação, Sociedade e Relações de Poder. Esta linha de pesquisa tem como objetivo estudar a construção e a articulação das relações de produção social do conhecimento, tendo como foco as relações de poder. Pretende-se compreender como essas relações se apresentam no trabalho didático pedagógico, no currículo, na cultura e para efetivação da cidadania do sujeito social.

d) História, Memória e Educação. Linha que pretende estudar as histórias locais, regionais a partir da memória e dos processos educacionais.

III CARACTERÍSTICAS MULTI E INTERDISCIPLINARES;

Os novos desafios contemporâneos relacionados ao contexto econômico, social e político requerem uma composição epistemológica que supere práticas disciplinares proporcionando a criação de novos conhecimentos.

O NEPHISE está composto por profissionais de diferentes áreas, a saber: pedagogos, geógrafos, historiadores e matemáticos, além de técnicos com diferentes formações e acadêmicos podem possibilitar a obtenção de respostas às demandas dos temas complexos que envolvem a educação e das demais necessidades da sociedade atual da qual a Universidade Federal do Tocantins está inserida.

Um contexto geográfico de grande biodiversidade e carências sociais marcadas pela vulnerabilidade dos sujeitos. Neste cenário, a aplicação conceitual e metodológica conjunta permitirá avançar na produção do conhecimento em nosso campus, bem como da UFT como um todo.

IV – RELAÇÃO DOS CURSOS E DOCENTES ENVOLVIDOS

Docente	Titulação	Curso
Antonivaldo de Jesus	Doutorando	Pedagogia
Magda Suely Pereira Costa	Doutora	Pedagogia
Maria Santana Ferreira dos Santos	Mestre	Pedagogia
Denise de Amorim Ramos	Mestre	Pedagogia
Valdirene de Jesus	Doutoranda	Pedagogia
Rosilane Soares do Nascimento Queiroz	Mestre	Pedagogia

V - RELAÇÃO DOS TÉCNICOS

Técnico	Formação
César Evangelista Fernandes Bressanin-	Mestre em Educação
Sandra Regina Evangelista Araújo	Licenciada em Geografia

VI - RELAÇÃO DOS DISCENTES

Elcimar Cardoso Valadares	Pedagogia
Laurentina dos Santos Souza	Pedagogia
Anthéia Augusta Ferreira	Pedagogia
Regilene Batista Sena	Pedagogia

Das concordâncias obtidas: os membros GEPHISE decidiram formar o grupo por trabalhar com áreas de conhecimentos afins e realizar pesquisas na Universidade Federal do Tocantins.

VII - DISPONIBILIDADE DOS MATERIAIS E DE PESSOAL

O Núcleo funcionará na sala destinada ao Centro de Documentação e Memória de Arraias, espaço físico disponibilizado pelo Conselho Diretor conforme **Ata nº 012 de 2009**, no *Campus* Central, lugar em que se desenvolverão os projetos dos componentes do Núcleo.

O NEPHISE-UFT utilizará os Laboratórios existentes, quais sejam: Informática, LAPPE, LEMAT, LAPEC do Campus de Arraias bem como a Biblioteca Setorial que possui

bibliografias básicas da área da História, da Sociedade e da Educação que contribuirá para os estudos e pesquisas do Núcleo.

O Núcleo contará com seus membros ativos, na categoria de professores, técnicos e alunos e de pessoal disponibilizado pelo *campus* Arraias, como bolsista permanência (tanto para pesquisa quanto para institucional) que o Núcleo pleiteará em tempos de seleção, bem como pessoal dos serviços gerais.

VIII – FONTES DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O NEPHISE – UFT buscará captar recursos financeiros e atingir sua auto-suficiência orçamentária, por meio de órgão de fomento e convênios de parcerias diversas. Além disso, buscará outros recursos oriundos de editais que venham a contemplar as ações e os objetivos deste Núcleo e da oferta de cursos de pós-graduação *Latu Sensu* e cursos de capacitação, a partir das normativas regimentais da UFT.

IX – RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO;

Os responsáveis pela implantação do Núcleo são todos os membros do Grupo de pesquisa GEPHISE. Sendo eles:

Antonivaldo de Jesus,

Denise de Amorim Ramos,

Magda Suely Pereira Costa.

Maria Santana Ferreira dos Santos

Valdirene de Jesus

Rosilane Soares do Nascimento Queiroz

César Evangelista Fernandes Bressanin

Sandra Regina Evangelista Araújo - Graduação Acadêmicos

Elcimar Cardoso Valadares,

Laurentina dos Santos Souza

Antheia Augusta Ferreira

Regilene Batista Sena

X – PLANO DE TRABALHO

Cada professor pesquisador membro do grupo de pesquisa que integra o Núcleo, apresenta seu Plano de trabalho, anexo neste Projeto de Criação do Núcleo.

XI – RESULTADOS ESPERADOS;

Com a implantação do NEPHISE, espera-se que seja um suporte acadêmico e científico para a socialização dos resultados da pesquisa em congressos, simpósios e encontros na UFT e em outras instituições.

Fomentar discussões para criação de cursos de Pós-graduação;

Promover eventos acadêmicos e científicos no Campus.

XII – ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros captados por meio das fontes de fomento descritos no item 5 deste projeto serão administrados pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto), UFT e o NEPHISE.

Consideramos que só será possível a partir do momento em que houver recursos e disponibilidade para a oferta de bolsas, visto que o Núcleo ainda está iniciando suas atividades e não conta com orçamento e nem mesmo a oferta de pós-graduação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**REGIMENTO DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA,
SOCIEDADE E EDUCAÇÃO – NEPHISE – UFT.**

CAPITULO 1

Da instituição e dos seus fins

Art. 1º. O Núcleo de Estudos e pesquisas de História, sociedade e educação-NEPHISE – UFT tem por objetivo atender a necessidade de estruturação da organização dos cursos na área de historia, sociedade e educação a partir da problematização dos processos de trabalho, acolhendo as várias dimensões e necessidades destas áreas no âmbito do Campus Universitário de Arraias fazendo interlocução com outros *campi* privilegiando o ensino, a pesquisa e extensão com a visão da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

CAPITULO II

Das atividades do NEPHISE – UFT

Art. 2º. As atividades do NEPHISE – UFT serão desenvolvidas pelos integrantes do próprio Núcleo, que possuam qualificações para o seu desempenho, acampando as áreas do estudo, do ensino, da pesquisa e da extensão.

CAPITULO III

Da execução financeira do NEPHISE – UFT

Art. 3º. O NEPHISE – UFT não cobra taxa de adesão ao Núcleo.

Art. 4º. O NEPHISE – UFT conta com o gerenciamento financeiro de cursos de especialização ou de extensão e pesquisa mediante convênio estabelecido em contrato.

Art. 5º. As despesas deverão ser autorizadas pelo Coordenador do Núcleo.

Art. 6º. Caberá ao Coordenador do NEPHISE – UFT decidir sobre os recursos financeiros do Núcleo destinados a projetos, cursos e eventos, após aprovação em Assembléia Geral dos seus membros integrantes efetivos.

Art. 7º. Decisões que fogem à rotina serão submetidas à apreciação da Coordenação do NEPHISE – UFT.

Art. 8º. Os recursos financeiros destinados ao NEPHISE – UFT serão operacionalizados pela Fapto.

Art. 9º. Os coordenadores de projetos e programas ligados ao NEPHISE – UFT deverão elaborar relatório financeiro e emitir prestação de contas para a Fapto e Coordenação do NEPHISE.

CAPITULO IV

Dos Membros do NEPHISE – UFT

Art. 10. Poderão fazer parte do Núcleo – como membros efetivos- docentes, alunos, profissionais da área da Educação e dos diferentes cursos da UFT e de outras instituições, desde que integrem programa, projeto ou atividade sob responsabilidade do NEPHISE – UFT, e mediante assinatura de Termo de convênio.

Art. 11. Um membro não poderá ser integrante de mais de dois Núcleos. O vínculo com outro núcleo de pesquisa e extensão é permitido desde não haja prejuízo de suas obrigações ao seu órgão de origem.

CAPITULO V

Do funcionamento do NEPHISE – UFT

Art. 12. Cada trabalho desenvolvido pelo Núcleo deverá ser antecedido de discussão e projeto para apreciação pela Coordenação. Todo projeto aprovado deverá ter um plano de trabalho a ser cumprido.

Art. 13. O não cumprimento do plano de trabalho pelo coordenador de projeto ou programa junto ao NEPHISE – UFT será objeto de avaliação pela coordenação e, se necessário pela Assembléia geral do Núcleo.

Art. 14. Os critérios para a concessão de bolsas de iniciação científica serão estabelecidos pela assembléia geral e, sempre que houver recurso financeiro para tal, serão concedidas pelas Coordenação do Núcleo.

Art. 15. Todo coordenador de projeto ou programa junto ao NEPHISE – UFT deverá apresentar relatório anual de atividades para a Coordenação do Núcleo.

Art. 16. A assembléia Geral também avaliará o desempenho global do NEPHISE – UFT quanto aos seus objetivos, atividades, resultados e funcionamento.

Art. 17. O NEPHISE – UFT deverá enviar o relatório de atividades anuais às Câmaras de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão e Cultura para apreciação técnica.

CAPITULO VI

Da assembléia geral do NEPHISE – UFT

Art. 18. A assembléia Geral do NEPHISE – UFT é o órgão máximo deliberativo do Núcleo formado pelos membros efetivos, colaboradores e convidados.

Art. 19. Somente os membros efetivos terão direito a voto nas reuniões da Assembleia Geral.

Art. 20. A assembléia geral do NEPHISE – UFT se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que a Coordenação convocar ou pelo menos um 1/5 (um quinto) dos membros efetivos do Núcleo a convocarem.

Art. 21. É da competência da Assembleia Geral do NEPHISE – UFT apreciar e aprovar o Plano de trabalho Anual do Núcleo, bem como Relatório Anual de Atividades do Núcleo, além de eleger a Coordenação do Núcleo e deliberar sobre outros assuntos de interesse do NEPHISE – UFT e/ou da UFT.

CAPITULO VII

Da divulgação dos resultados do NEPHISE – UFT

Art. 22. Todas as atividades do NEPHISE – UFT deverão ser documentadas como acervo do Núcleo, podendo servir para posterior divulgação ou publicação, seguindo as normativas para isto.

CAPITULO VIII

Da Extinção do Núcleo

Art. 23. O NEPHISE – UFT poderá ser extinto conforme a Resolução nº 02/2005 do Consepe ou por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros em Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim.

Art. 24. Em caso de extinção do NEPHISE – UFT todo o seu patrimônio fica destinado ao Campus de Arraias – TO.

CAPITULO IX

Das disposições gerais e das transitórias

Art. 25. Casos omissos serão resolvidos pela coordenação do NEPHISE – UFT.

Art. 26. Poderão ser realizadas alterações no Regimento Interno do NEPHISE – UFT, desde que com a aprovação majoritária em Assembléia Geral e do Consepe.

ANEXOS

PLANO DE TRABALHO

Título do Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES, CULTURA, IDENTIDADE E AMBIENTE: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Pesquisador: Antonivaldo de Jesus

Início: 08/2012 - **Término:** 12/2014

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A ação destes diferentes empreendimentos e agentes tem provocado o deslocamento compulsório das comunidades residentes em áreas de influência direta dos mesmos. Tais deslocamentos caracterizam-se pela desterritorialização dessas comunidades a partir da ruptura de suas relações afetivas, simbólicas e religiosas com seu local de origem, bem como pelo processo de reterritorialização involuntária e forçada. Não raramente, a ação dos agentes, a instalação e operação destes empreendimentos desconsideram o simbolismo, a identidade e a afetividade de grupos em determinados territórios. Tais ações tem sido constante no contexto de Comunidades Quilombolas, principalmente pela presença constante de grandes fazendeiros que interferem diretamente nas dinâmicas sociais, culturais e identitárias dessas populações.

As discussões sobre territorialidade e identidade, serão abordados na perspectiva “descoincidência” entre mapa e território, na construção das identidades dos sujeitos apresentada por Henriques (2005). Observamos que o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo é assegurado, nos artigos 215 e 116 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que cria a Fundação Cultural Palmares, tendo como finalidade “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. O decreto lei nº 4.887, de 20 novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos e que trata o art. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Apesar das legislações acima citadas, observa-se que são muitas as comunidades que se denominam ou são denominadas como afro descendentes em Arraias e as quais possuem perfil sócio-cultural, entretanto apenas duas foram reconhecidas “Comunidade Lagoa da Pedra”, conforme Certidão de Auto-reconhecimento de 25 de agosto de 2004 e “Comunidade

Kalunga Mimoso”, conforme diário oficial nº 175 de 12/09/2005. Desta forma, o presente projeto objetiva analisar o processo de manutenção e/ou ressignificação da memória, da cultura e da identidade dos sujeitos sociais que fazem parte do território da Comunidade Quilombola Kalunga Mimoso.

Para o desenvolvimento da pesquisa serão utilizadas técnicas de pesquisa como: pesquisa bibliográfica, da pesquisa do tipo etnográfica com base na observação direta e anotações em diário de campo de forma que, enquanto procedimento investigativo proporcione conhecimentos da realidade observada, relatos orais obtidos a partir das entrevistas para que se possa entender e conhecer os processos sociais ocorrentes a partir da ótica dos envolvidos no processo e, a foto documentação através do registro fotográfico das atividades dos atores sociais como forma de evidenciar seu cotidiano e suas práticas culturais/representações sociais (fonte de dados).

OBJETIVOS

Objetivo geral

A partir da síntese do estado da arte no debate educacional/geográfico/histórico/sociológico sobre “Alta Modernidade” ou “Sociedade de Risco”, analisar os processos de instalação de projetos desenvolvimentistas e as ações de diferentes agentes, tendo como referencia o território e as territorialidades, a cultura e identidade das populações de comunidades tradicionais.

2.2. Objetivos específicos

- 1) Compreender os conceitos de território, territorialidade, cultura e identidade;
- 2) Analisar educacional/geográfico/histórico e sociologicamente, através de estudos de caso da ação de agentes e implantação de empreendimentos desenvolvimentistas, a construção do discurso institucional sobre a afetação sócio-ambiental provocada pelos empreendimentos e por diferentes agentes, confrontando-a com as representações sociais do risco que a população afetada elabora.
- 3) Analisar o processo de manutenção e/ou ressignificação da memória, da cultura e da identidade no território da Comunidade Quilombolas.
- 4) Verificar como se dá o processo de manutenção da identidade dos sujeitos sociais da Comunidade Quilombolas, considerando para isso as ações dos diferentes agentes no seu território.
- 5) Identificar o papel das escolas da comunidade na manutenção dessa identidade.

Etapas da pesquisa

1ª etapa: Estudos teóricos que serão a base de sustentação teórica a partir das leituras de Henriques, Giddens, Haesbaert, Vainer, Hall, Sachs, Costa e Gomes entre outros para o entendimento dos conceitos de território, territorialidade, cultura, identidade, quilombos, etc...;

2ª etapa: pesquisa documental referente às comunidades, incluindo a escola da comunidade;

3ª etapa: trabalho de campo para identificação, aplicação de entrevistas semi-estruturadas, questionário, pesquisa do tipo etnográfica, observações e produção do relatório parcial;

4ª etapa: análise dos dados coletados, produção de gráficos, apresentação de resultados parciais; e

5ª etapa: elaboração e redação do relatório final da pesquisa.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao final da pesquisa esperamos contribuir para a produção de novos conhecimentos que tratam da temática das comunidades tradicionais, especificamente sobre as suas representações sociais que envolvem as categorias identidade, território, territorialidades, cultura e quilombos. Esperamos ainda que estes conhecimentos proporcionem a manutenção das representações sociais e que possam fortalecer os laços destes grupos, bem como melhorar a qualidade de vida dos sujeitos.

A produção de novos conhecimentos sobre as comunidades tradicionais pode subsidiar a Universidade Federal do Tocantins no tocante às novas pesquisas e à criação de cursos que atendam a demanda das mesmas e fortalecer os laços entre a UFT e estas populações.

Título do Projeto Pesquisa: AS REPRESENTAÇÕES DE ETNIA E GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL

Início: 01/11/2012

Término: 31/10/2013

Pesquisadora: Maria Santana Ferreira dos Santos

Processo: em processo de cadastramento no SIGPROJ

Introdução e Justificativa

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade.

Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos.

A universidade e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, 2000 e 2001). Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola/universidade torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de

diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento. Ou seja, é também no cotidiano da escola que as complexas relações de gênero são vivenciadas. Se a vivência é cotidiana, nem sempre a discussão e reflexão estão presentes no ambiente escolar, e os frutos dessa ausência geralmente contribuem para o acirramento de preconceitos e atitudes de exclusão de meninas, negros, indígenas e homossexuais.

Para tanto, assim como as identidades, as representações são construídas através das relações/interações sociais, ou seja, a partir da relação do sujeito com o mundo e com os outros, podendo ser produtos tanto de ideias socialmente reproduzidas quanto de modificações ocorridas por intervenções históricas e sociais. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as representações sociais são “circunscritas como conhecimento do senso comum, aquele que se faz nas relações e práticas cotidianas de indivíduos e grupos, e servem como guias para a ação e para leitura da realidade, ao caracterizar pertenças, definir proximidades e diferenças.” (JODELET, 2004, p. 24).

Não obstante, as identidades femininas e masculinas desenvolvem-se por ação das representações sociais, a partir do que a sociedade espera dos homens e das mulheres que a constituem. Ou seja, as representações sociais determinam, dessa forma, a natureza dos comportamentos e das emoções das pessoas (MOSCOVICI, 1987; 1981; 1995 *apud* JOVCHELOVITCH, 2000). Desse modo, ao diferenciar lugares, atividades, espaços, destinados aos homens e às mulheres, a comunidade reforça as dicotomias que separam de um lado um dominador e do outro dominado.

Portanto, essa pesquisa é pertinente, na medida em que a proposta em trabalhar com as temáticas de gênero, diversidade e identidades no contexto da formação inicial, surge da necessidade de promover junto aos alunos e professores do campus de Arraias, as discussões referentes ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos. Com isso, será possível preencher uma das lacunas existentes na Educação Tocantinense, uma vez que, ainda é incipiente no município de Arraias, discussões que garantam à escola ser o espaço sócio-cultural em que as diferentes identidades se encontram, constituem, formam e produzem

Resultados Pretendidos:

- Caracterizar o perfil sociográfico dos envolvidos na pesquisa;
- Investigar como as relações de gênero são construídas no ambiente acadêmico;
- Conhecer as práticas pedagógicas existentes na universidade que abordam as questões de gênero, diversidade, e diferença.

Especificação da Atividade de Extensão

Processo: 89456.362.112148.18072011/

Início: 05/2011 - Término: 12/2012

Resumo:

A proposta em trabalhar com as temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar surge da necessidade de promover junto às escolas das redes estaduais e municipais as discussões referentes ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos. Com isso, será possível preencher uma das lacunas existentes na educação tocantinense, uma vez que, ainda é incipiente no município de Arraias e cidades circunvizinhas, discussões que garanta a escola ser o espaço sócio cultural em que as diferentes identidades se encontram, constituem, formam e produzem. Portanto, é um dos lugares mais importantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Esse estudo está fundamentado em posicionamentos que utilizam o conceito de gênero como uma construção sociohistórica das distinções/diferenciações baseadas no sexo (LOURO, 2007, 2000; SCOTT, 1995, RIBEIRO, 2008). O que vale dizer que a masculinidade e a feminilidade, ao contrário do que algumas correntes defendem, não são constituídas propriamente pelas características biológicas, mas é o produto de tudo o que se diz ou se representa dessas características. Portanto, o nosso agir como homens e mulheres encontra-se implicado no processo de socialização em fomos e estamos inseridos.

Resultados Pretendidos:

- Oferecer aos profissionais da educação da Rede Pública Estadual e Municipal (nas modalidades Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental), rede privada de Arraias e região circunvizinha e aos/as universitários/as do curso de Pedagogia, Letras (UFT e UEG - Campos Belos) conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade sexual, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista e homofóbica no âmbito das escolas.
- Fornecer embasamento teórico sobre gênero, diversidade, identidades sexuais, homofobia, sexualidade;
- Identificar e aplicar novas tecnologias de ensino e pesquisa em Gênero e Diversidade na Escola;
- Discutir as temáticas de corpo, gênero e sexualidade, bem como alternativas metodológicas de ensino

Título do Projeto de pesquisa: Poder Local: História e Vida das Mulheres de Arraias

Pesquisadora: Dr^a Magda Suely Pereira Costa

Início: 08/2011 - **Término:** 10/2013

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente investigação trata-se da epistemologia feminina que é uma área de estudos dedicada a compreender a forma como o gênero, concepções e práticas têm colocado as mulheres e outros grupos em desvantagens.

Nesse caso, a intencionalidade é estudar as relações de poder, a cultura e as relações femininas numa localidade tradicionalmente patriarcalista denominada Arraias, a partir das histórias de vida das mulheres que vivem, ou que sofreram formas de domínios naquela localidade. O presente projeto trata de dar continuidade à pesquisa realizada entre 2004 e 2008 com apoio pelo CNPq, sob o título Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias. Estudo que analisou a cultura política e religiosa da cidade bicentenária chamada Arraias, localizada no estado do Tocantins. Nela o poder local esteve por quase dois séculos sustentado por diferentes ordens de domínio. Uma delas de grande relevância é a ordem patriarcal assentada nas linhagens tradicionais que sustentaram relações que transcendiam os vínculos marido, mulher e filhos.

Outros membros ficavam submetidos à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca, o qual possuía o direito de controlar a vida e as propriedades de sua mulher e filhos, parentes e a toda extensão da família.

A pesquisa teve sua principal fundamentação teórica apoiada em categorias de Max Weber no tocante as formas de domínio, que, associadas aos conceitos específicos do coronelismo de Victor Nunes Leal e, Maria Isaura de Queiroz ressaltam dinâmicas da política brasileira e o caráter dominante do patriarcalismo que sustentou e ainda sustenta a família brasileira.

A atual investigação visa, entretanto, reconstruir os papéis das mulheres arraianas no seu contexto social, levando em conta que as mesmas exerciam algumas formas de poder, sejam na soberania ou na submissão, quando auxiliavam seus maridos nas demandas políticas e ainda, onde quer que estivessem, moradoras da cidade ou da zona rural, articulavam e cumpriam as funções de mães, de donas da casa, muitas eram professoras e alfabetizadoras.

Dentre as ordens de domínio encontradas a ordem patriarcal serve de pano de fundo conceitual para a presente investigação. Outras indagações estão inseridas nesse estudo, tais como saber:

1- Como as mulheres conseguiam preservar a unidade da família com os casamentos entre os parentes. 2- Como era a relação de poder entre as mulheres mais velhas com as mais novas. Como o poder do patriarca era mantido entre as mulheres oficiais, as concubinas e as escravas. Como e com quê conteúdos as mulheres instruíam as novas gerações?

A idéia diretriz do presente estudo consiste em reconstruir os papéis desempenhados pelas mulheres, na tentativa de clarificar as relações de poder exercidas por elas e sobre elas dentro das linhagens tradicionais. Que sejam elucidadas as bases de poder delas e sobre elas no processo de procriação, de articulações políticas e de educação em espaços escolares e não escolares.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Por meio da história oral da vida das mulheres de setenta a noventa anos de Arraias busca-se compreender suas formas de vida, de forma a reconstruir seus papéis dentro das famílias com o objetivo de dar sustentação ao domínio e poder de seus maridos fazendeiros e coronéis papéis das mulheres arraianas no seu contexto social sustentação de poder além dos papéis de procriação que desempenhavam dentro dessas famílias.

2.2. Objetivos específicos

- 1) Relacionar seus papéis dentro das famílias e suas formas de exercitar o poder como donas de casa, mulher do político ou do fazendeiro.
- 2) Explicitar suas ações como auxiliares de seus maridos em suas demandas políticas, sociais e econômicas, no seu convívio com suas relações dentro e fora de casa.
- 3) Elucidar o trabalho das mulheres no convívio dentro de casa com parentes, e no repasse de conhecimentos para as novas gerações de suas famílias.

Etapas da pesquisa

1ª etapa: Estudos teóricos que serão a base de sustentação teórica a partir das leituras de Victor Nunes. Leal e, Maria Isaura de Queiroz, Max Weber, MARIE, Alan, OLIVEIRA, Mônica Ribeiro dentre outros, para o entendimento dos conceitos de Poder, relações de parentesco, desigualdade de gênero, espaço doméstico.

2ª etapa: Seleção dos atores da pesquisa que estão entre setenta e noventa anos
Trabalho de campo para identificação, aplicação de entrevistas semi-estruturadas,
3ª etapa: Visitas para ouvir as histórias orais dos atores da pesquisa
4ª Etapa Produção parcial do relatório
5ª etapa: análise das entrevistas, apresentação de resultados parciais;
6a etapa: elaboração e redação do relatório final da pesquisa.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao final da pesquisa espera-se contribuir para a produção de novos conhecimentos que tratam da temática da vida da Mulher, especificamente sobre as suas representações sociais que envolvem as relações de poder, espaço doméstico, convívio familiar, patriarcalismo nas pequenas localidades. Espera-se ainda que os conhecimentos produzidos possam trazer subsídios para as novas gerações enfrentarem as formas de dominação, violência doméstica e desigualdades de gênero. Que os dados possam servir de fonte a outras pesquisas relacionadas às questões de gênero e poder.

Bibliografia

FOUCAULT, Michel. Micro-física do poder. 18º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
EBRUN, Gérard. O que é poder. São Paulo: Brasiliense, 2000.
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
MARIE, Alan. "Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais". In: AUGÉ, Marc (dir.). Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência). (Trad. Ana Maria Bessa, Les Domaines de la Parenté, Librairie François Maspero). Lisboa: Edições 70, 1978.
MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Bauru, SP: Edusc, 2005.
SUÁREZ, Mireya (et alli). O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero: O desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e acesso das mulheres ao espaço público. Relatório de pesquisa apresentado ao Minis Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, Brasília: 2006.

Especificação da Atividade de Extensão

Processo: Início: 01/08/2011 - **Término:** 01/08/2013

Cadastro no SIGProj N°: 74844.362.91276.24082011

Título: Memória da UFT: Acessibilidade e Conhecimento

Justificativa

O Memorial da UFT justifica-se pela necessidade de arquivar e catalogar documentos históricos para fins de pesquisas acadêmicas e institucionais do Ensino superior no Estado do Tocantins.

Tem a proposta de realizar esta organização documental para se constituir como local de pesquisas acadêmicas de acesso ao conhecimento da educação que sirvam à comunidade local e regional do Estado do Tocantins. A criação da Universidade Federal do Tocantins no município de Arraias foi precedida pela história educacional realizada pela Unitins, no período de 1991 a 2003, quando a UFT foi criada.

Muitos documentos foram arquivados e iniciados com a nova estrutura da Universidade Federal. Por essa razão surge a necessidade de realizar um levantamento dos arquivos e documentos da primeira Universidade (Unitins) e passagem para a UFT, bem como o desenvolvimento de um trabalho de armazenamento, catalogação e conservação do documentário das atividades realizadas pela UFT do período de 2003 a 2010.

Outra justificativa é reconhecer que o município Arraiano é histórico pelos seus duzentos e sessenta e nove anos, foi criado na Universidade Federal do Tocantins o Centro de Documentação de Arraias (CDMA) com o objetivo de preservar os documentos históricos do século XVIII e todos os outros que desvelam a história cultural e educacional local em consonância com o desenvolvimento da história das outras instituições que foram instaladas na cidade bicentenária, portanto, justifica-se a criação do o Memorial UFT nessa primeira fase, e posteriormente a segunda fase com novas atividades constitutiva de arquivos no Centro de Documentação de Arraias

Relação Ensino, Pesquisa e Extensão.

O presente Projeto se constitui como uma atividade de ensino, na medida em que alunos bolsistas e estagiários terão o acesso aos documentos com oportunidade de selecioná-los e fazer relações entre o teórico e a prática dos assuntos educacionais e culturais.

É pesquisa porque terão que analisar os documentos que estarão selecionando e organizando como arquivo. Nesse processo poderão colher informações e dados importantes ao seu conhecimento. É extensão pelo fato de que estão realizando um trabalho fora do espaço extra-classe, têm com as ações realizadas os objetivos de proporcionar acessibilidade e oferece os resultados de pesquisa e conhecimentos para a comunidade

Resumo:

A presente proposta tem por objetivo organizar o Memorial da UFT a partir do período de transição Unitins que fora encampada pela UFT. Dentre as ações estão o levantamento, organização e cadastramento e arquivo de toda documentação institucional possível das duas instituições. O Processo de transição inclui um olhar atento ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão que eram trabalhados com os alunos que tiveram entrada na instituição Unitins e que concluíram seus cursos de graduação na Universidade Federal do Tocantins. Portanto vários documentos têm estreita relação com as duas instituições. O segundo encaminhamento do Projeto prevê levantar a memória da Universidade Federal do Tocantins durante seus oito anos de existência. Para tal, os documentos e eventos colhidos por meio dos participantes do Projeto serão catalogados e acessibilizados a todos os interessados no conhecimento da Instituição de Ensino Superior. Documentos que pretendem também servir de dados para pesquisas acadêmicas e futuros programas culturais, educacionais e institucionais do Estado e federação .

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Vicenta Cortez. Principios y tecnicas archivistas, IN : Manual de archivos municipales. Madrid, ANABAD, 1982, pp.43-80
- HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: Silva T. T. (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, R.J. : Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SUÁREZ, Mireya. Sertanejo: um personagem Mítico. In: Sociedade e Cultura. Revista Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. V. 1 n. 1 jan./jun. 1998.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800). Goiânia: Kelps, 2000
- COSTA, Magda Suely Pereira. Educação e cultura de Arraias. Palmas: SECOM, 2004.
- _____. Poder Local em Arraias: uma relação entre a política e religião. UnB: 2008. (Tese

de

Doutoramento)

pensamento Mestiço. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HENRIQUES, Isabel Castro. Território e identidade. Lisboa, CH/UL, 2004.

LOVEJOY, Paul E. Escravidão na África: uma história de suas transformações.

MUDIMBE, V. Y. The Idea of África. James Currey London, 1996.

SUÁREZ, Mireya. Sertanejo: um personagem Mítico. In: Sociedade e Cultura. Revista Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. V. 1 n. 1 jan./jun. 1998.

_____. Everlasting golden sertões: the study of a productive process in the Brazilian central plateau. Cornell, Universidade de Cornell: 1979. (Tese Doutorado)

NERY, Tito Cezar dos Santos. Saneamento: ação e inclusão social. Revista Estudos Avançados. Estud. av. Vol.18 no.50 São Paulo 2004. Acessada: 30/07/2008

Endereço

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100028&script=sci_arttext&tlng=en)

[40142004000100028&script=sci_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100028&script=sci_arttext&tlng=en).

THORNTON, John. África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400 1800.

Título do Projeto de Pesquisa: INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEIL DE ARRAIAS – TO

Pesquisador: Msc. César Evangelista Fernandes Bressanin

Início: 11/2012 - Término: 11/2014

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente investigação visa analisar, em perspectiva histórica, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils na cidade de Arraias, atual estado do Tocantins, no período de 1957 a 1982.

A temática será uma contribuição à área de interesse acadêmico da História da Educação no Brasil, na subárea da História das Instituições Escolares.

A Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, de origem francesa, instalou-se no Brasil em 1885 na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. Anos antes, em 1881, os padres dominicanos franceses já tinham fundado uma casa de missão na mesma cidade.

As Irmãs Dominicanas foram pioneiras quanto à implantação de colégios na região do Triângulo Mineiro. Em Uberaba, no dia 16 de outubro de 1885 fundaram o Colégio Nossa Senhora das Dores (LOPES, 1986). No entanto, as fundações não se restringiram ao estado de Minas Gerais.

Assim como os padres dominicanos franceses estabeleceram frentes de missão em outras localidades dentro da vasta Diocese de Goiás, que à época compreendia os atuais estados de Goiás e Tocantins e o Triângulo Mineiro, e em outras localidades, as Irmãs Dominicanas empreenderam demais fundações, sempre onde os frades já tinham conventos.

Em setembro 1889, as Dominicanas de Bor, como são também conhecidas, fundaram o Colégio Santana na cidade de Goiás e em 1903, o Colégio Santa Rosa em Conceição do Araguaia, estado do Pará. A quarta fundação dessas missionárias foi o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 15 de setembro de 1904, em Porto Nacional (LOPES, 1986).

De Porto Nacional, onde as Irmãs Dominicanas atendiam alunas das diversas cidades da região do antigo norte de Goiás e de outros estados como Bahia, Maranhão e Piauí, o colégio Sagrado Coração de Jesus deixou marcas significativas em estudantes que deixavam Arraias em direção à capital cultural do Norte Goiano. Foram muitas moças que, sustentadas

pelos pais ou ajudadas pelas dominicanas, concluíram seus estudos no imponente e majestoso colégio das Irmãs.

Por empenho de políticos regionais e da comunidade arraiana, as Irmãs Dominicanas trazem para Arraias em 1957 como que uma extensão do Colégio de Porto Nacional e fundam, na Capital das Colinas, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, que em meio a dificuldades em sua implantação contribuiu na formação educacional e religiosa de muitas moças e muitos rapazes arraianos e das cidades vizinhas.

A idéia central deste trabalho é investigar os legados que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes deixou para a sociedade arraiana e entender de forma mais detalhada o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Dominicanas nesta cidade, bem como compreender os fatores que levaram essas educadoras em 1982 a transformarem o Instituto em uma escola pública e, posteriormente deixarem Arraias.

A fundamentação teórica para este trabalho baseia-se principalmente em BUFFA (2008), NOSELLA (2008), LE GOFF (1996), PESAVENTO (2003), GATTI JUNIOR (2002), BURKE(2005), LOPES (1986) e COSTA (2004).

Através da história oral com ex-alunos, ex-professores, políticos, cidadãos arraianos, religiosas dominicanas, sacerdotes católicos e outros; da análise de documentos pertencentes ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes, à Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, à Igreja Católica e arquivos pessoais e demais fontes disponíveis para este trabalho é que se desenvolverá a pesquisa.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a trajetória histórica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias.

2.2. Objetivos específicos

- 1) Entender os fatores que contribuíram para a fundação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias
- 2) Conhecer o trabalho desenvolvido pelas irmãs dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils do Instituto durante sua vigência em Arraias (1957 a 1982)
- 3) Explicitar os legados deixados pelas dominicanas e o Instituto Nossa senhora de Lourdes para a sociedade arraiana
- 4) Entender os fatores que levaram ao fechamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias e a saída das Irmãs da cidade.

Etapas da pesquisa

1ª etapa: Estudos teóricos a partir de BUFFA (2008), NOSELLA (2008), GATTI JUNIOR (2002), LE GOFF (1996), PESAVENTO (2003), BURKE (2005), LOPES (1986) e COSTA (2004).

2ª etapa: Seleção de documentos e dos atores da pesquisa (ex-alunos, ex-professores, religiosas, sacerdotes, cidadãos arraianos, políticos)

Trabalho de campo para identificação, aplicação de entrevistas semi-estruturadas,

3ª etapa: Visitas para ouvir as histórias orais dos atores da pesquisa

4ª Etapa Produção parcial do relatório

5ª etapa: análise das entrevistas, apresentação de resultados parciais;

6ª etapa: elaboração e redação do relatório final da pesquisa.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao final da pesquisa espera-se contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre a História da Educação em Arraias, especialmente a produzida no período em que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi referência em educação nesta cidade e em seu entorno. Espera-se ainda que os conhecimentos produzidos contribuam para o resgate da memória educacional da histórica “capital das colinas” e que despertem outras pesquisas e trabalhos sobre o assunto.

Bibliografia

BUFFA, E.; NOSELLA, P. Instituições Escolares: por que e como pesquisar. Caderno de Pesquisa Tuiuti do Paraná, v. 3, p. 13-31, 2008.

BURKE, P. O que é História Cultural. Trad. De Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COSTA, Magda Suley Pereira. Educação e Cultura em Arraias. Palmas: SECOM, 2004.

GATTI JÚNIOR, D. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: J.C.S. ARAÚJO e D. GATTI JÚNIOR, Novos temas em História da Educação

Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa, Campinas, Editoras Associadas, 2002.

GATTI JR, D. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. Ícone -V. 6, nº 2 Jul./Dez. 2000.

GATTI JUNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

LE GOFF, J. História e memória. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, M. A. B. et. all. Dominicanas: Cem anos de missão no Brasil. Uberaba: Vitória, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. História e História Cultural. BH: Autêntica, 2003

Título do Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES, CULTURA, IDENTIDADE E AMBIENTE: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Início: 08/2012

Término: 12/2014

Pesquisadora: Msc. Valdirene de Jesus

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A ação destes diferentes empreendimentos e agentes tem provocado o deslocamento compulsório das comunidades residentes em áreas de influência direta dos mesmos. Tais deslocamentos caracterizam-se pela desterritorialização dessas comunidades a partir da ruptura de suas relações afetivas, simbólicas e religiosas com seu local de origem, bem como pelo processo de reterritorialização involuntária e forçada. Não raramente, a ação dos agentes, a instalação e operação destes empreendimentos desconsideram o simbolismo, a identidade e a afetividade de grupos em determinados territórios. Tais ações tem sido constante no contexto de Comunidades Quilombolas, principalmente pela presença constante de grandes fazendeiros que interferem diretamente nas dinâmicas sociais, culturais e identitárias dessas populações.

As discussões sobre territorialidade e identidade, serão abordados na perspectiva “descoincidência” entre mapa e território, na construção das identidades dos sujeitos apresentada por Henriques (2005). Observamos que o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo é assegurado, nos artigos 215 e 116 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que cria a Fundação Cultural Palmares, tendo como finalidade “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. O decreto lei nº 4.887, de 20 novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos e que trata o art. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Título do Projeto: IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ARRAIAS - TO

PESQUISADORA: Rozilane Soares do Nascimento Queiroz

Início: 08/2011

Término: 12/2013

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A avaliação é inerente a toda e qualquer atividade humana. Esse processo está presente no nosso cotidiano através de reflexões formais ou informais. O processo avaliativo é um dos mais complexos na atividade educativa, sobretudo pelo atrelamento ao campo da ética e dos valores construídos durante séculos.

No caso da avaliação da aprendizagem, por exemplo, registram-se inúmeros fatores que contribuem para que esta seja transformadora ou mantenedora da ordem vigente. Além das dificuldades percebidas pelos professores relacionadas à sua prática cotidiana, nas duas últimas décadas no Brasil a avaliação vem sendo utilizada pelas agências do governo como parâmetro de qualidade, como ranqueamento das instituições de ensino, e como critério para distribuição de recursos financeiros.

Concordando com Sousa (2010), quando argumenta que a efetivação da educação pública resulta de uma multiplicidade de políticas, entendemos que a escola é o ponto de encontro de todas essas políticas e, de resto de seus condicionantes e determinantes que na maioria das vezes são gestados por quem não conhece a escola e seu cotidiano.

Nesse sentido, para apreender os significados dessas políticas, sobretudo as de avaliação a partir das últimas duas décadas no Brasil, propõem-se a prorrogação da referida pesquisa já em andamento na Escola estadual Professor Apoenan de Abreu Teixeira. Pretende-se ampliar sua abrangência para mais duas escolas da rede estadual de Arraias – TO, as escolas Silva Dourado e Brigadeiro Felipe. A intenção que permeia o trabalho é a de politizar a equipe pedagógica da escola, no sentido de que adquiram o hábito de discutir as políticas educacionais antes de aceitar as medidas tomadas verticalmente, fato recorrente na área.

É na escola que se percebem os maiores impactos de políticas, projetos e programas formulados sem a participação educacional, portanto, é preciso dar voz a esses agentes diretos da educação.

Ancorados por estes fatos são propostos os objetivos a seguir:

2 – OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Investigar como as políticas de avaliação a partir da década de 1990 vêm sendo trabalhadas na educação básica tocantinense e quais são seus impactos no currículo escolar.

2.2. Objetivos específicos

- 1) Identificar e analisar as políticas de avaliação nos âmbitos federal e estadual.
- 2) Investigar as concepções e práticas avaliativas disseminadas na escola.
- 3) Perceber em que medidas e condições os pais são chamados a participar do processo de avaliação da escola e de seus filhos.
- 4) Capacitar a equipe pedagógica e pais de alunos no sentido de democratizar as práticas avaliativas.

3 – METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, uma vez que nessa modalidade há possibilidade de uma maior interação com os sujeitos observados. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

No campo empírico foi inicialmente selecionada a Escola Estadual Professor Apoenan de Abreu Teixeira, entretanto, na fase atual do projeto propõe-se o raio de atuação do projeto se amplie para mais duas escolas da rede estadual: Brigadeiro Felipe e Silva Dourado. O presente estudo visa analisar as políticas de avaliação implantadas a partir da década de 1990 no Brasil, sob orientação da política neoliberal. Será levado em consideração o contexto histórico em que essas políticas foram produzidas, bem como a correlação de forças e interesses político-econômico-ideológicos nelas presentes.

Na revisão bibliográfica serão utilizados autores cuja produção remete às políticas de avaliação iniciadas nos anos 90 como: Sousa (2008 – 2010); Di Sordi (2010); Afonso (2005); Steban (2002); Vilas Boas (2010), dentre outros.

O público-alvo desta investigação se constituirá de professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, coordenador pedagógico e diretor escolar. A interação com os sujeitos será feita através de reuniões, coleta de instrumentos avaliativos utilizados pelas escolas-campo.

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANO	2012		2013											
MÊS	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O		
FASES														
Revisão Bibliográfica/ Coleta de dados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Esquematização para o campo/ mapeamento das escolas		X	X	X										
Trabalho de campo, reuniões com a equipe escolar, observação,, entrevistas			X	X					X	X				
Análise e Interpretação de dados obtidos em campo						X	X	X			X	X	X	
Confecção do relatório final da pesquisa												X	X	

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação Educacional: regulação e emancipação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DE SORDI, Maria Regina Lemes. Por uma aprendizagem “maiúscula” da avaliação da aprendizagem. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (et. al.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Didática e prática de ensino).

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, Sandra Maria Lian Záquia de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Avaliação: da pedagogia da repetência à pedagogia da concorrência? IN: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (et. al.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Didática e prática de ensino).

VILAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Projeto interventivo e portfólio: construindo a avaliação formativa. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (et. al.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Didática e prática de ensino).

Título do Projeto de Extensão: A Avaliação e a participação sob a ótica dos pais na Escola Estadual Prof. Apoenan de Abreu Teixeira, Arraias – TO.

PESQUISADORA: Rozilane Soares do Nascimento Queiroz

Início: 08/2011 **Término:** 12/2012

Resumo:

A participação da família na escola é uma importante conquista que ainda não foi bem assimilada pelos sujeitos envolvidos. Geralmente existe um receio dos pais e dos professores, estes últimos ingenuamente entendem que abrir espaço para os primeiros pode representar perda de poder. Uma das possíveis razões pode ser a falta de delimitação precisa das funções educativas da escola e da família.

Propor que pais, e comunidade se incorporem ao conjunto de atores que definem os rumos da educação que se realiza na escola ainda é um objetivo auspicioso para a instituição escolar. A abertura da escola a comunidade e aos pais relaciona-se à emergência da gestão democrática nos sistemas escolares. Esta pensada no sentido de ouvir os sujeitos envolvidos com a escola a fim de propiciar ações que auxiliem na qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela mesma, onde possa haver troca de idéias entre pais e escola em que cada um possa emitir opinião e não apenas legitimar uma decisão definida anteriormente, neste caso, os pais apenas tomam conhecimento do que já está definido. Sem uma reflexão crítica acaba sendo reproduzida a lógica da escola. Dessa forma, faz-se necessário que a escola conheça a comunidade com a qual lida. Principalmente suas dificuldades, seus planos, expectativas, medos, anseios. E como isso repercute nas ações dos alunos que freqüentam a escola. Informações estas que auxiliam na avaliação do êxito do trabalho da escola e identifica às demandas que norteiam à construção de propostas educacionais adequadas a realidade da comunidade escolar. Este trabalho pretende investigar a visão dos pais sobre o processo avaliativo desenvolvido na Escola estadual Prof. Apoenan de Abreu Teixeira no município de Arraias - Tocantins.

Resultados Pretendidos:

- Identificar e analisar a participação e a visão dos pais acerca da avaliação realizada na Escola Estadual Apoenan de Abreu Teixeira confrontando as práticas encontradas com o projeto pedagógico da escola, o trabalho docente e a realidade vivenciada pelos alunos.

- Analisar a concepção de avaliação da aprendizagem presente no projeto pedagógico das escolas e as práticas desenvolvidas nas mesmas.
- Investigar em que medida e condição os pais participam do processo de avaliação realizado nas escolas pesquisadas.
- Detectar como ocorre, e as repercussões da avaliação de cunho informal.
- Capacitar a equipe pedagógica e pais de alunos no sentido de democratizar as práticas avaliativas.